

Design de Ambientes e as Metrôpoles: uma leitura do contexto contemporâneo

Gabriela Corrêa Frossard;
Sâmela Suélen Martins Viana Pessoa.

resumo:

Há um grande déficit habitacional no Brasil e, em questão, Belo Horizonte que reflete os números nacionais que alertam sobre um problema social vigente. Estimam-se que mais de 300 mil famílias vivam hoje na capital mineira em ocupações, favelas e aglomerados, representando 13% da população, índice superior ao da cidade de São Paulo. A desigualdade na distribuição do espaço urbano reflete nas chances desiguais de acesso, hierarquizando e segregando grupos, o que faz surgir segmentos sociais sem acesso aos serviços básicos de infraestrutura urbana. Em 2015, o Brasil foi considerado a 9ª maior Economia do mundo, mas ocupou a 79ª posição em desenvolvimento humano entre 187 países (ONU, 2014), evidenciando a existência de uma grande distância entre a prosperidade econômica e o progresso social. O design socialmente orientado contribui na configuração de uma nova ordem social, a partir do momento que entende a relação do cidadão, seu território e a formação de identidade. Designers são profissionais envolvidos num processo de habilidades criativas, seu trabalho envolve identificar problemas, fazer pesquisas, analisar, avaliar, sintetizar e, então, conceitualizar, testar e comunicar soluções. O designer é apto a identificar demandas na realidade que está inserido, levantar problemas, necessidades e trabalhar na busca por soluções socialmente aceitáveis e economicamente viáveis. Assim, o presente artigo se propõe a discutir o papel do design frente às questões sociais reais, elucidar conceitos como habitação, lugar, bem estar e pertencimento que estão intimamente ligadas ao ser humano e contextualizar o cenário das metrôpoles no cotidiano brasileiro; levantar dados e evidenciar a vulnerabilidade no complexo processo da formação das cidades.

palavras-chave:

Design de Ambientes; Metrôpoles; Aglomerados Subnormais; Habitação; Design Social.

1 Introdução

O design acompanhou as mudanças do mundo e na década de 70, Papanek (1972) traz a discussão do design voltado para o indivíduo e não para o mercado, sendo considerado o precursor do conceito de design social. O designer como agente ativo de mudanças é capaz de identificar necessidades e problemas e alinhar suas ações às demandas da sociedade. O processo de urbanização das metrópoles se deu intensamente a partir da década de 50. As pessoas migraram em massa para os grandes centros em busca de melhor qualidade de vida, já que o campo, a partir da década de 60, intensifica a mecanização e as cidades em contrapartida apresentam infraestrutura básica, serviços essenciais e é o local onde se concentra o capital (TOMBINI; SAQUET, 2015). As cidades, por sua vez, não acompanharam de forma estruturada o processo o que fez surgir e, em alguns casos, aumentar organizações comunitárias como favelas, invasões e ocupações. O esquema abaixo (Figura 1) ilustra alguns dados do IBGE (2010) sobre os aglomerados subnormais no Brasil, com foco em Belo Horizonte:

Figura 1 - Levantamento Aglomerados Subnormais no Brasil



Fonte: elaborado pela autora, com base na pesquisa realizada, 2016.

Belo Horizonte foi inaugurada em 1887, idealizada sobre o preceito de alinhar o estado a recém instaurada república. Era preciso uma nova cidade, que representasse modernidade e organização. As longas avenidas, os bairros setorizados e bem distribuídos e os palacetes construídos não contemplavam operários, trabalhadores responsáveis pela construção da cidade, que logo com a inauguração da capital instalaram-se precariamente às margens da cidade planejada. Segundo Brito (2015):

Belo Horizonte teve sua inauguração às pressas e muitos operários, responsáveis pela construção da cidade, não tiveram lugar para ficar e passaram a ocupar as margens da avenida criando as primeiras – favelas na periferia da cidade – que ainda não tinha o significado do Aurélio – conjunto de habitações populares toscamente construídas, em morros e com recursos higiênicos deficientes. O termo e a denominação de favelas, ainda não fazia parte do vocabulário urbano. Na verdade, estes moradores, que se instalaram precariamente, esperavam condições de construir suas moradias adequadamente (BRITO, 2015, p. 50).

Desde seu surgimento a cidade de Belo Horizonte convive com a organização de conjuntos de habitações precárias, ao longo do desenvolvimento da cidade, reflexo de diversos fatores. Essas comunidades aumentaram e, hoje, favelas, ocupações e invasões fazem parte do cenário da capital mineira. O design de ambientes pode ser ferramenta de contribuição para melhoria na qualidade de

vida dos usuários, apropriação e empoderamento dos ambientes habitacionais. Para isso é necessária uma abordagem que compreenda o contexto, os usuários e as relações simbólicas existentes.

2 O design e as problemáticas sociais

No século XIX houve uma tendência por novos sistemas. A modernidade trazia consigo o viés do conhecimento pela ciência, revolução industrial, avanços tecnológicos e agitação agrária (CASTRO, 2008). Segundo Fornaiser (2013) “o ‘bom design’ alemão, berço do design, surgiu por questões sociais a partir da influência da indústria inglesa, da revolução industrial e da condenação ao ostracismo do artesão e do artesanato”. John Ruskin, após a Feira Internacional de 1851 no Palácio de Cristal, lutava contra a produção industrial dos objetos, pois julgava que não tinham qualidade, arte e estética e que o modo fabril marginalizava o trabalhador através da desqualificação de suas habilidades. Unindo-se aos sindicalistas Ruskin afirmava que “o problema do design residia não no estilo dos objetos, mas no bem estar do trabalhador” (FORNAISER, 2013. p. 3 *apud* DENIS, 2000, p. 71) levantando a questão da responsabilidade social do designer e a repercussão do design na cultura. O fortalecimento dos laços que existiam entre a técnica, a função, o saber tradicional, o conhecimento dos materiais, o conteúdo cultural, a criação e a forma estavam entre as reivindicações do movimento, definindo os primórdios do design.

Com o passar dos anos o design se ramificou em várias vertentes, acompanhando as demandas dos tempos, culturas e locais. A partir da década de 70, com a chegada de temas como sustentabilidade, cuidados com a natureza e com as pessoas, surgiram linhas do design mais humanistas, que buscavam através de uma visão holística conectar ideias, pessoas e processos em prol do bem estar e consciência de consumo. Para Pazmino (2007, p. 3) “O design social implica atuar em áreas onde não há atuação do designer, e nem interesse da indústria com soluções que resultem em melhoria da qualidade de vida, renda e inclusão social”. Para isso o designer lança mão de uso de materiais simples e de baixo custo, valoriza o mercado local, adequa o produto ou serviço ao contexto social e cultural, valoriza a identidade do grupo, usa racionalmente as matérias primas, otimiza componentes e busca a fácil fabricação, manutenção e montagem.

No entendimento do conceito, qualidade de vida é uma das premissas e a busca por bem-estar e cidadania é reconhecida como papel do design, visando através das soluções projetuais contribuir com o desenvolvimento dessas questões. O design socialmente orientado contribuiu para a configuração de uma nova ordem social. Para isso “é preciso entender a relação que o cidadão tem com o seu território e a formação da sua identidade” (BRITO, 2015. p.38). Design social pode ser definido como o design que tem como potencial melhorar a vida, tendo em vista que as decisões implicam diferentes consequências. O design social compreende que cada escolha perpetua na comunidade, no mundo e no cotidiano (DESIGN 21, 2009).

Entende-se design social como o design para todos, que tem como foco melhorar a vida e que compreende os impactos das ações em pequena e larga escala. Papanek (1993, p. 227) lembra que “designers ativos que somos, sabemos hoje que fazer unicamente aquilo que nos pedem - ou seja, obedecer ao cliente sem debater as questões morais e éticas inerentes ao que criamos - é a recusa última das responsabilidades do ser humano”. O autor Fornasier (2013, p. 3 *apud* KUYPER, 1995) levanta a questão de que “design é uma arte social que nasceu como uma nova profissão, separando a arte de dar forma da arte de fazer as coisas. Sem o contexto social, o design não existe”. Ao refletir sobre todo design ser social, pode-se compreender que o design nasceu para atender uma demanda humana, de funcionalidade e bem estar do indivíduo e está intrinsecamente ligado à demanda do sujeito para o qual se soluciona problemas.

Segundo Stickdorn e Schneider (2014), o design social “existe como forma de pensar sobre o quê, o porquê e o modo como o design (produto e/ou processo) pode abordar (ou de fato aborda) as necessidades em constante mudança de uma sociedade” e afirmam ainda, que com processos de design mais transparentes e acessíveis aos usuários finais há um melhor entendimento do valor social do design facilitando uma aplicação social mais ampla e sustentável. O design sustentável surge da demanda de frear e conscientizar o consumo. Design Sustentável é uma forma abrangente e complexa de pensamento, o produto de design deve ser economicamente viável, ecologicamente correto e

socialmente igualitário. Focado na satisfação das necessidades humanas básicas, pode incluir com uma visão mais ampla comunidades menos favorecidas (PAZMINO, 2007).

Souza (2007) alerta que “a construção de uma sociedade sustentável deve ser feita a partir não somente dos benefícios da ampliação de sua capacidade financeira, mas também dos benefícios do equilíbrio ambiental e do bem-estar comum aos seus habitantes”, aproximando a ideia de sustentabilidade ao bem-estar social para construção de uma sociedade mais justa. Desenvolvimento sustentável pode ser entendido como a capacidade de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender das próximas gerações, para alcançar a sustentabilidade é necessário o progresso dos produtos e processos tanto na dimensão técnica quanto na dimensão cultural (PAZMINO, 2007). Cabe ao design ser socialmente responsável em todas as esferas de atuação, pois o posicionamento em prol do cuidado com o ambiente e voltado às necessidades humanas é inerente e “é preciso integrar o conceito de responsabilidade ambiental em nossas relações com os objetos e com o ambiente artificial como um todo, já que ele quase sempre media nossa relação com a natureza e também com as pessoas” (MALAGUTI, 2013, p. 11).

3 O design de ambientes e os conceitos de habitação, lugar, bem estar e pertencimento

Quando se fala em habitação remete-se às necessidades básicas do ser humano, o tamanho e qualidade são importantes para a saúde, segurança e privacidade. A localização define o acesso ao emprego e serviços oferecidos pelo município (BRITO, 2015. p.11). Brito (2015) ao citar Larcher (2005) afirma que:

As habitações desempenham três funções: econômica, ambiental e social. A posição econômica é a representação do setor no mercado econômico, essa área influencia diretamente as atividades da construção civil, do mercado imobiliário, na promoção dos bens e serviços e na geração de emprego e renda do país. A função ambiental é a inserção da habitação no espaço urbano, no qual, teoricamente, para sua existência o seu entorno deverá possuir toda uma infraestrutura básica como transporte, educação, saúde, trabalho, lazer e etc. A função de abrigo e acomodação para o desenvolvimento das tarefas primárias como descanso, preparo do alimento, local para as atividades fisiológicas e convívio social é a terceira função citada por Larcher (2015, p. 28).

A habitação é importante em todas as áreas da sociedade, tratando-se da definição do indivíduo na esfera de tarefas primárias, passando à representatividade dessa habitação no âmbito da cidade e, assim, da posição econômica ocupada no mercado. Habitar envolve “mais do que simplesmente morar ou organizar o espaço, significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza” (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 4). O modo como o indivíduo habita define suas relações com a cidade e, por consequência, as relações da cidade com o indivíduo. No contexto das metrópoles brasileiras a moradia é, ainda, assunto complexo, pois envolve políticas públicas, distribuição desigual de renda entre as pessoas, além de diversos outros fatores que contribuem para separações abismáticas entre camadas sociais. Segundo Merchors e Almeida (2015, p. 49):

Em países em desenvolvimento o nível salarial dos trabalhadores não cobre, em geral, os custos da habitação. Nesta perspectiva pode-se afirmar que o desequilíbrio entre o nível salarial do trabalhador e o custo da habitação, no qual está inserido o lucro do capital, é a causa última da crise da habitação.

Pertencer é entender-se parte de algo, se reconhecer seja no próprio corpo ou na comunidade em que vive. Nesse ponto, o conceito de pertencimento se aproxima do contexto de habitar. A forma como o indivíduo está inserido na comunidade em que vive e a forma como se apropria dos espaços está intimamente ligada à forma como vivencia suas experiências de mundo. Brito (2015) *apud* Jacques (2001) relata que:

O território possui características intangíveis, de modo que, território é o entendimento da ordem do – estar em casa. Ele pode ser percebido como o próprio corpo, casa, corpo social, um grupo específico, um bairro, uma comunidade, uma cidade, nação ou continente, ou seja, delimitar um território é – marcar suas distâncias e ou demarca-se dos outros (2015, p. 40).

Cavalcante e Elias (2011, p. 63) afirmam que “apropriar-se significa também exercer domínio sobre um espaço e objetos, embora não seja necessário ter sua posse legal. Na verdade, é possível dizer que toda atividade humana reflete uma apropriação. As referências das pessoas com seus lugares são muito importantes, pois os “indivíduos definem “quem” ou “o que” são nos termos de quão fortes são seus vínculos com seu lar, vizinhança ou comunidade” (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011, p.186). O “eu” se externa para além do próprio corpo se estendendo para lugares que se relaciona e ocupa, é possível afirmar que “o corpo é receptáculo de lugares, assim como também é lugar em relação à grandiosidade do mundo” (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011, p. 187). Há dois tipos de apropriação. A apropriação por ação/ transformação consiste em comportamentos de territorialidade. A demarcação de um espaço é uma necessidade inerente ao ser humano de assegurar alimentação, proteção e familiaridade com o ambiente. Já a apropriação por identificação consiste em “processos simbólicos, cognitivos, afetivos e interativos que transformam o espaço (extensão) em lugar reconhecível e pleno de significado para o sujeito ou grupo social” (CAVALCANTE; ELIAS, 2011, p. 66). A identidade social urbana trata do sentido de pertencimento a uma categoria urbana: área, bairro, cidade. Atribuindo comportamentos, valores e emoções aos grupos que compartilham determinada categoria urbana (MOURÃO; BOMFIM, 2011).

O design tem o papel da busca por soluções eficientes, simples e viáveis mesmo diante da falta de recursos, através da abordagem conhecida como design participativo é possível que haja o envolvimento das pessoas inseridas no contexto no processo projetual, desde a identificação do problema ao produto final (FARIA, 2015). Habitar é assunto da esfera individual, pública, econômica e social e integra mais do que o suporte para a realização das necessidades básicas, mas o reconhecimento do indivíduo como parte integrante de um sistema. Para Amaral (2006, p.1):

A sensação de “pertencimento” significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar. Esse sentimento de pertencimento é que poderia explicar porque grupos minoritários na África, ao invés de desaparecerem, organizaram-se de acordo com linhas étnicas para a disputa de pontos capitais nos seus países. Assim grupos com identidades étnicas unem-se para a conquista de espaços econômicos e políticos.

Damos início à reflexão de lugar com uma colocação de Milton Santos, no livro *Metamorfose do Espaço Habitado*, considerando que no lugar de geógrafo cabe-nos a reflexão de que o designer também poderia compartilhar dessa visão: [...] o geógrafo... está condenado a errar... se somente considera o lugar, como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos (BRANDÃO, 1996, p. 309). O designer seria, então, o agente ativo capaz de traçar a conexão entre lugar, relações, objetos e usuários, onde cada parte integrante dessa conexão tem papel fundamental e não pode ser desconsiderada na fase de análise, que antecede um resultado de caráter criativo, projetual ou não, e é de grande importância para definição coesa das diretrizes a serem adotadas. A ideia de lugar está intimamente vinculada a compreensão da existência do indivíduo, isso porque, segundo Moreira e Hespanhol (2007, p.3):

Quando se utiliza o conceito de lugar, na maioria das vezes, se remete à Geografia Humanística, ou seja, associa-se o lugar apenas ao espaço vivido. Mas essa correlação não é por acaso, pois essa corrente encontrou no lugar a possibilidade de explicar a

construção do mundo, já que o lugar é visto como o mundo da vida, marcado pela experiência e percepção.

O lugar é estruturado na relação que existe entre “eu” com o “outro”, nas tramas consequentes dessas vivências e no real e subjetivo. “O corpo situa-se na transição do eu para o mundo, o ponto de vista do ser-no-mundo, sendo a condição necessária da existência humana” (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 4). Entendendo lugar como um conceito associado ao homem é inerente que as relações presentes neste lugar devam ser consideradas, afinal “a história do homem sobre a terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno” (SANTOS, 1996, p. 76). O lugar é, por consequência, fator de peso na forma como o homem enxerga seu entorno e o mundo. E “hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (SANTOS, 2005, p. 161).

A ideia de bem estar está intimamente ligada ao conceito de qualidade de vida, termo mais amplo difundido entre o universo acadêmico, político e social. Entende-se qualidade de vida objetivamente atrelado à saúde, ambiente físico, recursos e outros indicadores quantificáveis e observáveis, há, também, um lado subjetivo que considera a satisfação com a vida. A abordagem subjetiva abre espaço para a possibilidade de se levar em conta diferenças culturais e percepções individuais das pessoas ao avaliar suas próprias vidas (SIQUEIRA, 2008, p. 204). “Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana” (MINAYO, 2000, p.2) medida pelo grau de satisfação do indivíduo na vida familiar, amorosa, social e ambiental e, ainda, à própria existência, é a síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera como padrão para conforto e bem-estar (MINAYO, 2000).

Bem estar subjetivo é um termo utilizado na psicologia para conceituar o bem estar segundo auto avaliação, ou seja, observado e relatado pelo próprio indivíduo e não por indicadores externos definidos por terceiros. É necessário considerar que a avaliação sobre a própria vida é feita segundo concepções subjetivas e apoiadas em expectativas, valores, emoções e experiências anteriores (SIQUEIRA, 2008, p.202). Apesar das grandes diferenças entre culturas, indivíduos e percepções há uma hegemonia no significado de bem estar relacionado à ideia de qualidade de vida das camadas superiores e da ascensão a essas camadas, segundo Minayo (2003, p.3):

É o preconizado pelo mundo ocidental, urbanizado, rico, polarizado por um certo número de valores, que poderiam ser assim resumidos: conforto, prazer, boa mesa, moda, utilidades domésticas, viagens, carro, televisão, telefone, computador, uso de tecnologias que diminuem o trabalho manual, consumo de arte e cultura, entre outras comodidades e riquezas.

A partir da década de 70, o modelo de bem estar relacionado aos privilégios advindos do capitalismo começa a ser questionado, agregando a perspectiva de ecologia humana ao conceito. Assim a ecologia humana trata do ambiente biogeoquímico, que é o que o indivíduo e população vivem e as relações dos seres humanos entre si e com a própria natureza. Essa nova perspectiva se contrapõe a concepção de bem estar e qualidade de vida ligada ao consumo (MINAYO, 2000). Minayo (2000) relata ainda que em todas as sondagens que fez sobre qualidade de vida apareceram valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade.

A qualidade de vida transita num campo semântico polissêmico, de um lado relacionasse a modo, condições e estilo de vida. De outro, a ideias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana e, por fim, relacionada à democracia, desenvolvimentos e direitos humanos e sociais (CASTELLANOS, 2007). “O apego ao lugar é um conceito complexo e multifacetado, cujo estudo exige atenção para as características físico-espaciais do local e os significados simbólico/afetivos a ele associados pelos indivíduos e/ou grupos.” (CAVALCANTI; ELALI, 2011, p. 53) é a junção das palavras “vínculo”, que trás uma carga afetiva e “lugar”, que resulta na compreensão de ambiente com o qual as pessoas estão ligadas emocional ou culturalmente. Há três dimensões para o entendimento do apego ao lugar, dimensão: funcional, simbólica e relacional. A dimensão funcional diz respeito ao papel do espaço físico e das formas de interferências de comportamentos que ali ocorrem. A dimensão simbólica trata do conteúdo simbólico sociocultural e individual da relação entre pessoa-ambiente, já a

dimensão relacional corresponde à interação entre o envolvimento social e as características do ambiente onde o mesmo acontece, “relação que, ao conectar cognitiva e afetivamente pessoas e ambientes, auxilia na definição da identidade pessoal e comunitária” (CAVALCANTI; ELALI, 2011, p. 55-56).

4 A formação das metrópoles e os aglomerados subnormais

Paralelo ao processo de industrialização moderna que se deu após a década de 50 está o processo de urbanização, as pessoas migrando em massa para os grandes centros em busca de melhor qualidade de vida (TOMBINI; SAQUET, 2015). A partir da década de 30, com o crescimento vegetativo da população, das transformações na agropecuária, na intensificação das migrações internas e da industrialização o processo de urbanização se acelerou. Porém, apenas na década de 80 a população urbana ultrapassa a população rural (CARVALHO, 2006, p. 07). Na década de 70 houve a institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras, relacionada a expansão das multinacionais, ligada intimamente a interesses político-regionais. As metrópoles estão associadas ao status, simbolicamente ao “progresso” e “modernidade” e não a melhoria da qualidade de vida dos que a ocupam (MOURA; FIRKOWSKI, 2001). O ideal de ascensão social que atraiu a população para as metrópoles não foi vivenciado na prática, pelo contrário, as cidades mostravam-se desiguais e excludentes. A maior parte da população não teve melhores condições de trabalho e subsistência (CARVALHO, 2006).

As cidades que se formavam advinham de um país em recente e crescente industrialização, com o surgimento dos serviços modernos a estrutura da cidade tornou-se “mais dinâmica, complexa e diversificada, com uma expansão e diferenciação do mercado de trabalho, das classes e da estrutura social” (CARVALHO, 2006, p. 07). Porém, a cidade foi “incapaz de efetuar as reformas civilizatórias do capitalismo [...] e de distribuir melhor a riqueza, como ocorreu nos países onde se constituiu a denominada “sociedade salarial” (CARVALHO, 2006). As metrópoles não acompanharam de forma estruturada o processo de crescimento o que fez surgir e/ou aumentar organizações comunitárias periféricas. “[...] a rapidez do processo de urbanização, os interesses do capital imobiliário e a fraca capacidade de regulação e de redistribuição do Estado, [...] contribuiu para a conformação de cidades extremamente desiguais e injustas” (CARVALHO, 2006, p. 08).

A população se organiza e movimenta dentro das cidades devido à valorização dos espaços, assim a parcela de indivíduos mais pobres costuma ocupar áreas onde não há os benefícios dos serviços urbanos. A especulação imobiliária, porém, é frequentemente responsável pelo deslocamento da população vulnerável para áreas cada vez mais isoladas (VITTE, 2010). Para Brito (2015, p. 11) “as metrópoles convivem com o complexo fenômeno da pobreza” e pela história de formação e desenvolvimento ainda deficiente e, atualmente, intensificado pela imersão em processos complexos como a globalização fazem com que, segundo Carvalho (2006, p. 12):

nas metrópoles [...] crescem os problemas ocupacionais, a vulnerabilidade social e o desemprego, a deficiência de infraestrutura básica, a carência de habitação e de serviços de consumo coletivo, o número de moradores pobres, as favelas e os cortiços, a violência e a anomia.

Segundo a Fundação João Pinheiro em parceria com o Ministério das Cidades, em pesquisa de 2014, o Brasil possui um déficit habitacional de 6.068.061 moradias. A maior concentração do déficit habitacional brasileiro, 83,9% corresponde às famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos. O IBGE (Índice Brasileiro de Geografia e Estatística) inicia em 2006 uma reflexão sobre contemplar em seus dados censitários aglomerados subnormais, assim após o censo de 2010 lançou o Levantamento de Informações Territoriais (LIT) nas quais foram registradas diversas características espaciais dos aglomerados ao longo do país. Segundo o IBGE (2010, p.3) um aglomerado subnormal é:

uma área ocupada irregularmente por certo número de domicílios, caracterizada, em diversos graus, por limitada oferta de serviços urbanos e irregularidade no padrão urbanístico. [...] É um conjunto de no mínimo 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período

recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

A região sudeste desponta como a que possui aglomerados subnormais mais densos, representando 49,8% do total de domicílios em aglomerados no Brasil (IBGE, 2010). O sudeste, por sua vez, representava em 2012, 55,19% do Produto Interno Bruto (PIB) do país (IBGE, 2012). O PIB é um índice é usado para medir o valor dos bens e serviços que o país produz, mede a atividade econômica e riqueza de uma região. O Brasil teve um forte crescimento econômico entre as décadas de 40 e 80 “sem entretanto modificar significativamente a forte desigualdade social [...]. O impacto do declínio econômico nas décadas de 80 e 90 sobre uma sociedade já desigual aprofundou a exclusão social” (MARICATO, 2000. p.26). A colocação de Maricato (2000) antecede aos dados do IBGE, porém sua reflexão é válida, crescimentos econômicos do país não estão diretamente atrelados a igualdade social.

A formação das cidades é um fenômeno complexo, cabe aqui ressaltar o impacto da industrialização no Brasil, a partir da década de 40, que intensificou o processo migratório do campo ou interiores para as cidades maiores, a população que migrava chegava buscava melhores condições de vida, as indústrias, por sua vez, mão de obra, baixos custos e alta produtividade:

A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pela necessidade de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo. A cidade ilegal e precária é um subproduto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização. (MARICATO, 2000. p.31)

A forma como as cidades se arquitetaram, e arquitetam, são reflexo da forma como o mercado se organiza, do nível que o estado interfere e das demandas sociais advindas da relação com esses dois poderes.

5 Considerações Finais

O cenário atual vem sendo marcado por mudanças aceleradas nos mercados, nas tecnologias e nas formas organizacionais. Diante desse contexto, nos últimos anos, o design tem sido muito estudado como método de desenvolvimento de inovações, ganhando o *status* de ir além da aparência e passando a englobar aspectos estratégicos. A atuação do designer no mercado contemporâneo depende cada vez mais da capacidade de lidar com uma informação e transformá-la em conhecimento. Existe hoje o reconhecimento do design como agente chave no processo de geração de conhecimento para resolução de problemas, pois contempla métodos de investigação e de desenvolvimento de soluções altamente focados nos usuários.

A quantidade de informações necessárias para resolução de problemas elevou-se de tal forma que o designer por si só não consegue as coletar e manipular, rompendo fronteiras e buscando a integração entre as diversas áreas a esse campo. Portanto, diferentes saberes constroem um objeto novo que não pertence exclusivamente a nenhuma das disciplinas dessa relação interdisciplinar. O design tem o desafio de pensar o ser humano e as questões relacionadas ao viver, das mais simples às mais complexas. O produto final do design tende assim a se desmaterializar: produzem-se produtos, entretanto hoje, muitas vezes, entregam-se discursos, à medida que o design passa a ser entendido não apenas como adorno, mas ferramenta para construção de conhecimento que gera mudanças efetivas. As reflexões devem ser sempre pautadas e abertas às novas dinâmicas, afinal, o momento a ser observado é o presente.

Design of Environments and Metropolis: a reading of the contemporary context

Abstract:

There is a large housing deficit in Brazil, Belo Horizonte, reflecting the national numbers warning of a current social problem. It is estimated that more than 300,000 families live today in the capital of Minas Gerais in occupations, slum and agglomerates, representing 13% of the population, index higher than the city of São Paulo. The inequality in the distribution of the urban space reflects in the unequal access possibilities, hierarchizing and segregating groups, which brings out social segments without access to the basic services of urban infrastructure. In 2015, Brazil was considered the 9th largest economy in the world, but ranked 79th in human development among 187 countries (UN, 2014), evidencing the existence of a great gap between economic prosperity and social progress. The socially oriented design contributes to the configuration of a new social order, from the moment it understands the relation of the citizen, its territory and the formation of identity. Designers are professionals involved in a process of creative skills, their work involves identifying problems, doing research, analyzing, evaluating, synthesizing, and then conceptualizing, testing, and communicating solutions. The designer is able to identify demands in the reality that is inserted, raising problems, needs and working in the search for socially acceptable and economically viable solutions. Thus, the present article proposes to discuss the role of design in relation to real social issues, to elucidate concepts such as housing, place, well-being and belonging that are intimately linked to the human being and to contextualize the scenario of metropolises in Brazilian daily life, collect data and evidences of the vulnerability in the complex process of the formation of cities.

Keywords:

Design of Environments; Metropolis; Subnormal Agglomerates; Housing; Social Design.

Referências bibliográficas

AMARAL, Ana Lúcia. **Dicionário de Direitos Humanos:** Pertencimento. ESMPU, 2006. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>>, acesso em: 15 ago. 2016.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Milton Santos:** lugar, tempo, emoção. N.24/25, jan./dez. Salvador: CADERNO CRH, 1996, p.307-310.

BRITO, Thabata Regina de Souza. **Aplicação do design em projetos urbanos:** estudo de caso da Vila São José. Belo Horizonte, 2015.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Globalização, metrópoles e crise social no Brasil.** Santiago: EURE, v. 32, n. 95, 2006, p. 5-20.

CASTRO, Maria Luiza Almeida Cunha de. **Da Ética Construtivista à ética sustentável:** a trajetória do design. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 8, n. 1. Uberlândia, 2008.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, G. **Psicologia Ambiental:** entendendo as relações do homem com seu ambiente. Temas básicos em psicologia ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, Campinas, SP: Alínea.

Günther, H., & Pinheiro, JQ (2008). Academic Environmental Psychology in Brazil. Bulletin of People-Environment Studies (Autumn-Winter/2008), n. 34, 2011, p. 53-225.

CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanha. **Apropriação**. Temas básicos em psicologia ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, Campinas, SP: Alínea. Günther, H., & Pinheiro, JQ (2008). Academic Environmental Psychology in Brazil. Bulletin of People-Environment Studies (Autumn-Winter/2008), n. 34, 2011, p. 63-69.

CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana MA. **Espaço e lugar**. Temas básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, Campinas, SP: Alínea. Günther, H., & Pinheiro, JQ (2008). Academic Environmental Psychology in Brazil. Bulletin of People-Environment Studies (Autumn-Winter/2008), n. 34, 2011, p.182-189.

FARIA, Lucas Monteiro Rocha. **Design-ação**: um estudo para viabilizar o design participativo na produção de objetos artesanais em um contexto de reclusão. 2015, 63 f. Monografia (Graduação em Design de Produto), Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FORNASIER, Cleuza BR; MARTINS, Rosane FF; MERINO, Eugenio. **Da responsabilidade social imposta ao design social movido pela razão**. Santa Catarina, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais**: Informações territoriais. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>, acesso em: 25 maio 2016.

MALAGUTI, Cyntia. **Design e Valores Materializados** - Cultura, ética e sustentabilidade. 2ª Ed. Barbacena: EdUEMG, 2013, p 33-34.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**: metrópoles brasileiras. São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 4, 2000, p. 21-33.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde**: um debate necessário. Ciênc saúde coletiva, v. 5, n. 1, 2000, p. 7-18.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MOREIRA, E. V.; HESPAHOL, R. A. de M. **O lugar como uma construção social**. Revista Formação, nº 14 volume, 2007, p. 48-60.

MOURA, R; FIRKOWSKI, O. L. C. F. **Metrópoles e regiões metropolitanas**: o que isso tem em comum? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001. Anais. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2001.

MOURÃO, A. R. T.; BOMFIM, Z. A. C. **Identidade social urbana**. Temas básicos de Psicologia Ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, Campinas, SP: Alínea. Günther, H., & Pinheiro, JQ (2008). Academic Environmental Psychology in Brazil. Bulletin of People-Environment Studies (Autumn-Winter/2008), n. 34, 2011, p. 217-226.

PAPANEK, Victor. **Renovar as coisas e torná-las belas.** In: CALÇADA, Ana; MENDES, Fernando; BARATA, Martins (Coord.). Design em aberto - uma antologia. Lisboa: Centro Português de Design, 1993.

PAPANEK, Victor; FULLER, R. Buckminster. **Design for the real world.** London: Thames and Hudson, 1972.

PAZMINO, Ana Verónica. **Uma reflexão sobre design social, eco design e design sustentável.** I Simpósio Brasileiro de Design Sustentável. Curitiba, 2007, p. 4-6.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional.** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.17

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; PADOVAM, Valquiria Aparecida Rossi. **Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho.** Psicologia: teoria e pesquisa, v. 24, n. 2, 2008, p. 201-209.

STICKDORN, Marc; SCHNEIDER, Jacob. **Isto é design thinking de serviços.** Porto Alegre: bookman, 2014.

TOMBINI, D. A.; SAQUET, M.A.. **Migração E Relação Campo-Cidade.** Londrina: UEL VIII Seminário Estadual de Estudos Territoriais, III Jornada de Pesquisadores sobre a Questão Agrária Paranaense, 2015.

VITTE, C. C. S. **Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano:** desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In:População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais / Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.